

Refugiados no Brasil: estigma, subjetividade e identidade¹

Glória Maria Pereira²

José Bizerril³

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica realizada no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito federal. Teve como foco as experiências de estigmatização de sujeitos na condição de refugiados no Brasil, do ponto de vista identitário e subjetivo. Tais experiências referem-se tanto a problemas de comunicação intercultural quanto a conflitos internos entre os refugiados, intensificados pelo contexto de migração forçada. Em particular, a discriminação racial desempenha um papel importante nas dificuldades de inserção social dos refugiados oriundos do continente africano.

Palavras-chave: Subjetividade social. Diáspora. Preconceito racial. Direitos humanos.

1 Introdução

Ulisses (também chamado de Odisseu) sabia antes de ir a Tróia, que decorreriam vinte anos para o seu retorno à sua ilha rochosa de Ítaca. Permaneceu em Tróia por dez anos e por outros dez singrou os oceanos, naufragou, acabando distante de todos os seus companheiros, freqüentemente com a vida por um fio, até que no vigésimo ano, chegou mais uma vez às praias de sua ilha natal. Chegando a Ítaca, viu que ali não era mais o seu reinado, nem mesmo sua esposa, Penélope e seu filho Telêmaco o reconheceram. O grande herói que derrubou Aquiles em

¹ Referente à pesquisa “Refugiados no Brasil: Identidade e Subjetividade”, realizada no V Programa de Iniciação Científica do UniCEUB.

² Graduada em psicologia pelo UniCEUB, membro do grupo de estudos interdisciplinares Diálogo (UniCEUB).

³ Mestre e doutor em antropologia social pela UnB, professor do curso de psicologia do UniCEUB, coordenador do grupo de estudos interdisciplinares Diálogo (UniCEUB).

Tróia, não era o mesmo e nem voltaria a ser. Então, Athenéia com a sua coruja dourada, o acolheu em toda a sua temperança e fez com que o herói ressurgisse das cinzas como uma Fênix, para continuar a sua existência.

Partindo desse conto grego, é possível ter uma idéia do que é ser refugiado, o refugiado está no passado, no futuro, mas o presente é sempre obscuro, está por vir em algum momento. A provisoriidade, segundo Sayad (1998) é o movimento que o imigrante faz, ele vive no trânsito contínuo, ele segue fluxos.

Neste artigo, proponho-me a apontar algumas considerações sobre a condição do sujeito na situação de refugiado⁴ no Brasil, focando os processos de subjetivação e construção de identidade na formação do estigma. Este trabalho foi desenvolvido, entre agosto de 2006 e agosto de 2007, no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal⁵.

Coerente com o embasamento teórico para o entendimento da temática da subjetividade e da identidade, a metodologia foi de cunho qualitativo, tratando-se de um tema que não é acessível à observação. A pesquisa qualitativa busca extrapolar todas as delimitações que a pesquisa hipotético-indutiva e hipotético-empírico-indutiva impõe sobre o objeto de pesquisa, como citado por González Rey (2005, p. 81):

A pesquisa qualitativa proposta por nós representa um processo permanente, dentro do qual se definem e se redefinem constantemente todas as decisões e opções metodológicas no decorrer do próprio processo de pesquisa, o qual enriquece de forma constante a representação teórica sobre o modelo teórico em desenvolvimento.

Outro aspecto da investigação foi etnográfico, envolvendo pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas, para um melhor entendimento dos substratos envolvidos no fenômeno que está sendo pesquisado.

⁴ Segundo a lei 9.474/97, indivíduos que estão na situação de migração forçada.

⁵ O trabalho de campo não foi feito em nenhuma instituição, pois, os indivíduos se encontravam na situação de refugiados, gozando de todos os direitos de liberdade como qualquer cidadão brasileiro. Por isso fiz as entrevistas em lugares escolhidos pelos sujeitos da pesquisa. Vale ressaltar que no Brasil não existe campo de refugiados como em alguns países do continente africano.

Para entender os processos envolvidos na construção de identidade⁶ do sujeito que está na situação de diáspora⁷, bem como a estigmatização que estes sofrem no contexto local, é necessário entender o discurso jurídico referente à situação do sujeito que está na condição de refugiado, até porque o termo refugiado possui raízes nas ciências jurídicas.

No Brasil, a condição de refugiado é definida, juridicamente, pela lei nº. 9.474⁸, instituída, em 22 de Julho de 1997, que decreta:

Art 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Atualmente, existem 3.428 refugiados no Brasil⁹, seguindo essa definição jurídica, e estima-se a existência de vinte milhões¹⁰ no mundo todo.

O Brasil, segundo o autor Almeida (2001), é um país que se diferencia do estatuto clássico de outros países da América, subsidiando na lei nº 9.474, conceitos do estatuto do refugiado de 1951, a Declaração de Cartagena de 1984 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O autor ainda explicita que:

⁶ Neste caso, o conceito de identidade refere-se ao sujeito pós-moderno (HALL, 2003), que encontra-se fragmentado, não possui uma identidade fixa, pois ela é construída e desconstruída conforme o contexto em que os sujeitos se encontram.

⁷ Palavra de origem grega, “*dispersão*”. Atualmente se aplica este termo também para desagregação compulsória e por sentido para os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram (LOPES, 2004).

⁸ Essa lei, decretada pelo Congresso Nacional do Brasil, define mecanismos para implementação do Estatuto dos refugiados de 1951, e determina outras providências.

⁹ Fonte: CONARE (Comissão Nacional para Assuntos dos Refugiados)

¹⁰ Fonte: ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Assuntos dos Refugiados)

É a primeira lei brasileira a criar uma estrutura [CONARE] na Administração Pública e um procedimento próprio para implementar um Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Trata-se do exercício do Direito Cosmopolítico, como definido por Kant (ALMEIDA, 2001, p. 156).

2 Identidade, estigma e processos de subjetivação no contexto refugiados

O entendimento sucinto sobre o fenômeno dos refugiados, a partir da ótica jurídica e política, visa apenas a demarcar o ponto de partida na investigação desse tema complexo.

Mesmo recebendo o amparo jurídico, estes sujeitos sofrem algum tipo de discriminação, como preconceito racial, abuso sexual, são enganados e hostilizados no ambiente de trabalho. Esses são alguns dos exemplos para visualizar situações que estes passam no processo da diáspora.

A fala de S.¹¹ ilustra como é estar na situação de refugiado no Brasil, quando coloca que:

[...] olha esta carteira parece de presidiário, eu já participei de vários processos seletivos, gostam do meu currículo, mas, é só mostrar esta carteira que eu não sou S., o *Soba*, sou este ser ou coisa, chamado refugiado. É muito difícil, as pessoas não me entendem, a sorte é que eu sei Latim, se... não eu ainda estaria no porto esperando por ajuda. É muito difícil [...].

Em outra fala, M. coloca, “[...] ao mostrar a carteira, eu deixo de ser M., para ser um refugiado, ninguém quer [...]”

Os dois trechos acima, demonstram que na prática, dispositivos de regulação do Estado visando ao bem-estar dos indivíduos na condição de refugiados, acabam se tornando uma ferramenta ideológica que influencia o modo pelos quais estes indivíduos introjetam, intersubjetivamente, a experiência de ser refugiado, deslegitimando as alteridades culturais e subjetivas destes. A autora Segato (2003, p. 127), salienta que:

¹¹ Para proteger a identidade dos sujeitos de pesquisa, utilizo iniciais do alfabeto de maneira aleatória e não identifico a procedência dos mesmos. Todas as falas dos refugiados são fragmentos de entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

Si percibimos el poder de propaganda y el potencial persuasivo de la dimensión simbólica de la ley, comprendemos que ella incide, de manera lenta y por momentos indirecta, en la moral, en la costumbres y en el sustrato prejuicioso del que emanan las violências. Es por eso que la reforma da ley y la expansión permanente de su sistema de nombres es un proceso imprescindible y fundamental.

Em todas as entrevistas, os sujeitos colocaram o distanciamento em relação aos seus pares. Justificando a necessidade de inserção no atual contexto sócio-cultural, como no discurso de M., que afirma: “é preciso fazer amizades com pessoas daqui, porque senão, você não consegue nada.”

Em outro momento, M. ressalta: “Eu cheguei aqui com um grupo, éramos amigos de ideais políticos, existia cumplicidade, depois fui percebendo a necessidade de romper com esse grupo, para conseguir encontrar uma maneira, uma forma de entender as pessoas daqui.”

A partir do momento que eles se aproximam do contexto local, esbarram com indivíduos que também se encontram excluídos ou que tenham proximidades com a sua própria experiência, seja por dificuldades compartilhadas, como discriminação racial, segregação, pobreza ou por afinidades em termos de pensamentos e hábitos. Envolvem-se com os problemas locais. Para ilustrar melhor essa colocação, cito um trecho de X.:

[...] eu me sinto melhor com alguns brasileiros, para falar algumas coisas, sou melhor recebido, do que com os meus compatriotas [...]. Como no caso da cota para negros, eu participo ativamente de alguns movimentos sociais, um problema que eu não vivia em meu país, por exemplo. Sem contar, que tenho **companheiros**¹² que não me ouvem, tem sempre alguém daqui para me ouvir.

Em outra fala, X. coloca que:

[...] eles parecem que chegaram aqui, ficaram iguais aos brasileiros, “o jeitinho brasileiro”. O homem em meu país não pensa assim, ele luta pelos seus desejos, por isso a existência de guerras civis em meu país, eu não me conformo com isso. E o vergonhoso, que tem brasileiros que apóiam as minhas idéias e querem me ajudar. [...] aqui no Rio, São Paulo, Recife e na Bahia, [...] lugares que eu já passei,

¹² Grifo e modificação para manter a identidade destes em sigilo.

sempre tem um me apoiando, agora essas pessoas, ficaram covardes, concordam com tudo que falam para eles.

O autor Hall (2005) afirma que a fragmentação na identidade do sujeito da diáspora na pós-modernidade é resultante de uma “hibridéz” na identidade cultural, ou seja, estes indivíduos ao entrarem em uma outra cultura, assimilam aspectos desta, ao mesmo tempo inserem alguns aspectos de si. Conseqüentemente, apresentam uma articulação intersubjetiva dinâmica, temporal e contextual em sua identidade. Não existe, segundo o autor, um enraizamento de códigos sócio-culturais e individuais preestabelecidos em função da globalização, como não existe um alvitamento total destes fatores, eles atuam dialogicamente no “local”, não como uma fusão cultural ou miscigenação de raças. Devem-se levar em conta as alteridades intragrupos e individuais dos sujeitos desta pesquisa.

Seguindo a discussão sobre “identidade” e “refugiados”, é necessário distinguir entre o que seria multicultural e multiculturalismo. Qualquer estudo ligado ao transcultural, na atualidade, necessita de uma reflexão sobre os dois conceitos citados anteriormente, para se fazer as devidas colocações sobre o que seria identidade étnica, identidade nacional e individual do sujeito pós-moderno.

O termo multicultural estaria ligado aos processos dinâmicos da interculturalidade entre povos e etnias diferentes, buscando formas de conviverem no mesmo espaço, enquanto multiculturalismo é uma doutrina de cunho político que visa à resolução de problemas e definições de práticas para manutenção dessas trocas culturais, podendo ter um caráter universal e fixo, dependendo da maneira pela qual cada nação lida com a multiculturalidade, levando em consideração a ideologia vigente (Hall, 2003).

Conforme, Sidekum (2003, p. 9):

O tema do multiculturalismo já alcançou um avançado nível na discussão acadêmica [...]. Esse avanço consolidou-se, sistematicamente, pelos estudos comparados na cultura, desenvolvidos pela Antropologia cultural (Durant, 1997) e pela Psicologia aplicada, também conhecida por Psicologia Social Intercultural.

Agora, o multiculturalismo é um termo bidirecional, podendo criar divisões estereotipadas e estigmatizadas sobre os indivíduos, divididos em *minorias* e marginalizados no contexto em que vivem. Como o caso dos *negros*, *mulheres*,

homossexuais e refugiados, por exemplo, fixando uma identidade padronizada e estática, que nega a temporalidade e historicidade da identidade destes sujeitos.

Contudo, a identidade constitui-se como uma construção narrativa, passando pela idéia de identificação dos sujeitos envolvidos neste processo. Logo, não teria como definir um espaço para o singular e para o social de maneira isolada.

Para Homi Bhabha (1998, p. 20), a construção narrativa das identidades acontece em um espaço de encontro entre culturas, do qual emerge o sujeito. Segundo o autor: “Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação”.

Partindo de um trecho da entrevista de S., é possível inferir alguns questionamentos sobre a teoria da identidade, como segue:

Sim, mas, eu sei que não seria a mesma pessoa que estava lá, não sei como iriam me receber, eu tenho vergonha do que me tornei, mas, voltaria sim, não como *soba*. Eu não sei como me sentiria em relação a minha cultura, meus posicionamentos, eu me sinto perdido, sem identidade mesmo.

Esta colocação vem a corroborar o pensamento do autor Bauman (2005, p. 100) sobre a identidade do sujeito na situação de refugiado, quando afirma que:

Uma vez refugiado, sempre refugiado. Todas as estradas que levam de volta ao paraíso doméstico perdido (ou melhor, não mais existente) foram bloqueadas, e todas as saídas do purgatório que o campo de refugiados representa conduzem ao inferno [...].

Mas, em outro momento, S. coloca que:

Eu estou em busca, tentei dar aula de francês, parece que aqui as pessoas não gostam de estudar, é muito precário o ensino, só falam uma língua, então, eu já tentei oferecer aulas particulares, começam e não terminam. Não é igual ao meu povo, que cada vez quer aprender mais, saber mais, em vários aspectos. Política, religião, filosofia, tudo isso está integrado, aqui as pessoas desconhecem sua história.

Nesta fala é interessante ressaltar como os códigos culturais dialogam, demonstrando a hibridiz identidade que o autor Hall (2003) fala, porque ao tentar

definir um espaço de inteligibilidade com o atual contexto sócio-cultural em que está inserido, S. consolida-se em um discurso previamente estabelecido pela cultura original. Ele está pautado intersubjetivamente na “*différence*”¹³ destes códigos. Para Hall existem algumas diferenças de hibridismo, apesar de existir o processo dinâmico, temporal neste conceito, essa fluidez se torna maior, quando o sujeito da diáspora é “minoría étnica”, ele fica próximo às suas tradições, buscando uma relação concreta de “comunidade”, para se sentir menos excluído.

A diferença intragrupo também surge, alguns sujeitos que estão na condição de refugiados ao pertencerem a um determinado país que está em um fluxo econômico e social ascendente, não se sentem próximos à categorização de refugiado e ainda apresentam algum tipo de preconceito em relação a refugiados provenientes de países menos favorecidos na escala global.

Como na fala de D., quando diz:

Eu posso conversar com você, mas, eu não sou refugiado como eles, vim de outro lugar, pertenço ao grupo de exilados políticos, não estou em busca de dinheiro como os refugiados comuns, estou aqui por motivos diferentes, eles ali, querem dinheiro, comida, roupa e moradia. Eu não, estou aqui por outro motivo, não sei se sirvo para sua pesquisa, acho que não, sou refugiado apenas na carteira.

Este não possui identificação com o contexto dos demais refugiados, apesar de constar em seu documento de identidade, a conceituação “refugiado”, ter chegado aqui também em uma situação adversa, ele não se entende como tal. Os processos de subjetivação desse sujeito envolvem toda uma representação a partir de seu contexto de vida, levando-o a uma identificação de eu diferenciada dos demais. Ele vem de um país que por hora não está com uma crise interna, pelo contrário, goza de um respaldo político e social no cenário europeu e ele não se sente excluído aqui no Brasil, até porque ele não pertence à categoria dos refugiados.

Além disso, desenvolveu um discurso estratificado sobre os sujeitos que ele define como refugiado, como coloca em sua fala, “os refugiados” vão pedir ajuda

¹³ O autor Derrida (2002) utiliza-se do trocadilho *différance* para mostrar a impossibilidade de diferenciar pela fala a palavra *différance*, uma vez que o sufixo -ence e -ance tem exatamente o mesmo som no idioma francês, uma ambigüidade que não ocorre quando essas palavras são escritas. Com esse jogo de letras ele também quer demonstrar como qualquer signo (nesse caso o escrito) evoca e invoca traços de outros signos na significação.

para manutenção dos seus direitos básicos para sobrevivência, não estão em busca das mesmas coisas que ele: “[...] vim aqui para resolver uma questão sobre a extração de um parente, não vim pedir cesta básica [...]” (fala de D.). Para Goffman (1963), o sujeito que está na situação de marginalizado na sociedade vigente, pode gerar uma visão estigmatizante sobre o seu grupo, chegando ao ponto de confiná-lo em uma lógica imaginária de justificativas estagnadas, como uma armadura protetora. Como diz Goffman (1963, p. 118):

O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus “pares” conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas. Ele pode, então, tomar em relação àqueles que são mais evidentemente estigmatizados do que ele as atitudes que os normais tomam em relação a ele.

E neste caso ainda é possível inferir a idéia de que este sujeito ao criar uma visão estigmatizadora no intragrupo, acaba por fundar um “exogrupo”, porque ele não pertence ao meio social local e nem se sente como um imigrante excluído, ele se define como um “estrangeiro” como ele mesmo diz:

Não sou refugiado e nem brasileiro, eu posso entrar e sair à hora que eu quiser, moro em um bairro nobre, minha família está aqui, tenho casa própria, um carro, me sinto como aqueles estrangeiros viajando de férias, só preciso mostrar minha identificação na situação presente.

Agora, qual o sentido existente para o sujeito na situação de refugiado ao construir uma identidade social e individual excludente, quando o excluído pertence não só a condição de refugiado - porque está desenvolve-se no processo de diáspora - mas, o sujeito advém das mesmas origens, possui um vínculo de parentesco e passa pelas mesmas dificuldades financeiras, sociais e pessoais do outro? E mesmo assim o exclui e categoriza como um ser à parte de seu contexto?

Para Goffman (1963) o indivíduo estigmatizado mesmo com uma relação íntima perante o outro também marginalizado, pode desenvolver uma aversão a determinadas condutas do seu “par”, apropriando-se dos discursos de normatização do contexto local. A fala de M. corrobora a afirmativa acima, quando diz:

Olha como ele age perante as pessoas que querem lhe ajudar, todos os funcionários desta instituição só possuem o desejo de ajudar, nada mais. Existem refugiados que não entendem, só querem receber o benefício e pronto. Aqui é só uma parte, eu sempre me virei sozinho, nunca fiquei

contando com a ajuda da ACNUR, os refugiados querem mordomia, não concordo com isso, tem que trabalhar e aceitar a sua condição de estrangeiro.

O alinhamento identitário de “normatização” de M. sobre os seus companheiros gera uma aparente imagem de concordância total com os brasileiros, satisfazendo os códigos culturais vigentes, como uma defesa pessoal. Deve-se levar em consideração que os refugiados ocupam uma posição totalmente desprivilegiada, não possuem referencial com a cultura local e alguns acabam optando por manter laços com os grupos locais e assim manter-se protegidos. Como diz Goffman (1963, p. 121):

[...] ao inverso, freqüentemente a pessoa estigmatizada está prevenida contra a “normificação” ou “desmenestrelização”; ela é encorajada a sentir repugnância por aqueles seus companheiros que, sem chegar a realmente manter um segredo sobre seu estigma, adotam um acobertamento cuidadoso, se preocupando muito em mostrar que, a despeito das aparências, são muito sadios, muito generosos, muito sóbrios, em resumo, que são, apesar da reputação de que gozam as pessoas de seu tipo, “desviantes cavalheiros”, pessoas tão gentis como nós mesmos.

Em outra situação de ambivalência para o sujeito marginalizado, este pode manter-se tanto no discurso de “normatização” e não excluir-se do seu intragrupo estigmatizado. “Conduzindo-se assim em contatos mistos, o estigmatizado elogiará os valores e as contribuições especiais assumidos de sua classe. Ele pode ostentar alguns atributos estereotípicos que poderiam ser facilmente acobertados” (GOFFMAN, 1963, p. 125). Na fala de Q., é possível ilustrar esta colocação, quando diz:

Eu entendo a posição dos meus companheiros refugiados, realmente no Brasil não existem políticas sociais eficientes para uma questão envolvendo um problema internacional de grande abrangência, nem mesmo consegue resolver seus problemas internos, quem dirá de exilados como nós. A nossa presença incomoda, por algum motivo, mas, acredito que o diálogo ainda é uma saída para os problemas, brigando não chegaremos em lugar nenhum, existe pessoas aqui com vontade de ajudar e outras não, estamos em uma situação que não podemos fazer muitas escolhas, estou empenhado em ajudar os meus companheiros sem perder a razão.

O sujeito na situação de refugiado está na condição de outsider¹⁴, literalmente ele é o “de fora”, mesmo quando este cria formas de convivência, para diminuir os efeitos da estigmatização, ele é sempre colocado como o outro, invasor, deve aceitar o que lhe é dado e seguir a lógica dos “estabelecidos”. Como diz o autor Elias (1994, p. 35):

A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider.

Os aspectos sociais envolvidos na produção do estigma possuem uma relevância, mas, explicam apenas uma parte, quando considerados como fator central e único para explicar o processo de estigmatização e construção identitária do sujeito da diáspora.

O autor González Rey (2004a), apesar de não ser um especialista na área da diáspora esclarece que pensar a subjetividade de um sujeito, não é o mesmo que essencializar conteúdos simbólicos de interação entre o sujeito e o meio social, é pensar objetivamente os processos simbólicos desta mediação. Levar em consideração aspectos históricos, culturais e sociais onde o sujeito está inserido, ou seja, a produção de “sentido” que este estabelece entre sua subjetividade e o meio social, que não estão separadas e sim entrelaçadas, em fluxo contínuo não-linear.

Quando X. coloca que:

Quando eu estava em meu país¹⁵, sempre busquei lutar pelos meus direitos e dos iguais, agora aqui, parece que meus compatriotas fizeram uma lavagem cerebral, não consigo ter apoio, estou sozinho na minha luta para garantia do direito dos refugiados, eu não vou me submeter ao sistema político do Brasil, totalmente anacrônico.

Relacionando com a subjetividade social do autor González Rey (2004b, p. 138), segue-se:

¹⁴ O sentido deste conceito refere-se aqui a idéia de “status social” produzido por preconceitos sem grandes especificações entre sujeitos ou grupos que não se conhecem (GOFFMAN, 1963).

¹⁵ Em vários fragmentos de entrevista, foi substituído o nome do país pela palavra país, para proteger a identidade dos entrevistados.

A categoria de sentido sempre está associada ao sujeito, em suas posições, em suas tensões e nas conseqüências de suas ações e relações nos diferentes espaços sociais em que se movimenta. Portanto, o sentido sempre transita pelo singular e se produz no singular. Não há sentido universal, pois todo sentido subjetivo tem a marca da história de seu protagonista. Podemos dizer que há um sujeito quando há produção de sentido, quando há diferenciação e singularidade.

Quando X. coloca-se como uma espécie de militante de uma causa, ele sai da condição de oprimido, porque houve uma construção de “sentido” para ele, tanto no aspecto simbólico como concreto.

Na entrevista de S., surge a seguinte questão:

[...] eu vivo em um meio que não entendo, as pessoas brigam, matam umas as outras para mandar em um lugar, e essas mesmas pessoas morrem em seguida. Não consigo entender isso. E as pessoas que moram na favela ficam passivas em relação a essa guerra. Eu escolhi morar na favela por conta própria, lá as pessoas me receberam muito bem e entendem o meu problema, porque vivem também as mesmas questões que eu, ou pelo menos em partes.

Quando S. coloca-se como sujeito de escolha, no meio do que seria um caos total, sem saída para ele. Colocando-se na posição de sujeito ativo do autor, González Rey (2004b) encontrou junto aos moradores da favela um sentido para sua existência e o mais interessante nessa citação, é o fato dessa escolha não passar pela ingênua idéia de um encontro com a plena satisfação do sujeito. O conflito está sempre presente nas escolhas que o sujeito faz. A favela vai continuar a existir, S. vai continuar como refugiado, mas, subvertendo a condição de apatia, mantendo-se como sujeito.

Conforme o mesmo autor:

O processo de produção de sentido subjetivos do sujeito individual não reproduz nenhuma lógica externa ao sistema individual no quais esses sentidos são produzidos. Uma das forças essenciais para o desenvolvimento de ambos os níveis é precisamente a tensão que se produz entre esses dois espaços de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2004b, p. 141).

A singularidade estabelece-se da maneira pela qual o sujeito coloca-se perante a sua realidade, por isso a necessidade do conflito. O sujeito tem que sair do simulacro¹⁶, do que é imposto pelo outro para então haver a produção de sentido.

3 Considerações Finais

Apesar do Brasil não possuir campos de assentamento para refugiados, os sujeitos nesta condição, além de transitarem em meio à multidão local, ocupam-se dos mesmos problemas existentes no contexto dos demais cidadãos brasileiros. Em meio ao caos das grandes metrópoles, estes sujeitos lutam contra todo tipo de adversidade humana, além das necessidades básicas, precisam lidar com o estigma de ser refugiado e a tentativa de estabelecer algum tipo de vínculo com os estabelecidos desinformados sobre as várias causas e tipos de migrações que atingem o mundo.

A questão da alteridade e identidade na diáspora de uma maneira geral não deve limitar-se a compreender a representação de uma forma puramente descritiva, pois, isso seria um retorno à idéia de fixá-la em conceitos estratificados, como ocorre em alguns processos discursivos que produzem a diferença.

Receber a categorização de “refugiado” é sinônimo de exclusão, dependendo do contexto sócio-cultural local, ou seja, se “internamente” existe uma tendência a classificar e estigmatizar os integrantes locais em escala ascendente e constante, logo, o “de fora” torna-se mais um marginalizado naquele contexto.

A conceituação também contribui para o processo de estigmatização destes sujeitos, “conceitos”, como o de refugiado, podem tanto facilitar as trocas sociais entre sujeitos e grupos como também pode servir para segregar e isolar outros, gerando conflitos e desentendimentos (WACQUANT, 2005). Ao buscar categorizações semelhantes como “presidiários” – para os quais já existe um sentido pejorativo – “os estabelecidos” acabam por incluir “os refugiados” em uma não-categorização e ainda criam outros estigmas que para estes não faz nenhum

¹⁶ Seguindo o referencial teórico do autor Baudrillard (1981), onde não existe mais um referencial de ser, ou de uma substância, mas a geração, através de modelos, de um real sem origem nem realidade.

sentido e tornam a estadia temporária ou fixa neste país, dolorosa, pois, descobrem o significado destas conceituações no cotidiano.

Os sujeitos participantes desta pesquisa e que vivem no Rio de Janeiro e no Distrito Federal sentem-se de alguma maneira excluídos pelo fato de serem refugiados. Mesmo aqueles que relatam não sofrer preconceito constantemente, afirmam a existência do estigma, variando de um sujeito para o outro. A maioria opta por não mostrar a identificação ou definir-se como imigrante ou estrangeiro, como no caso de D., que apesar de ter nascido em país europeu e não identificar-se com os demais “refugiados”, omite sua identificação, temendo algum tipo de constrangimento com o grupo local. Como este diz:

[..] eu não mostro a minha identificação, só nos lugares que exigem, no dia a dia eu uso outra documentação, as pessoas não exigem tanto isso aqui, mas na dúvida por não saberem exatamente o que é eu não mostro, ninguém precisa saber também, sou uma pessoa reservada, os africanos que reclamam mais.

As diferentes maneiras que estes sujeitos encontram para diminuir as dificuldades cotidianas estão intrinsecamente ligadas às formas pela qual percebem o contexto local, criando e recriando formas para tornarem-se pessoas atuantes nele, pois não estão passivos perante aos fatos que o cercam. Lógico que, cada qual, à sua maneira, como foi possível perceber no decorrer do texto. Diversas falas são apresentadas, desde discursos inflamados à observação ativa perante o outro.

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso, de modo que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, emergindo no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas singulares (HALL, 2003). O estigma e os processos de subjetivação envolvidos também atuam em contextos temporais e históricos particulares, mas, deve-se levar em consideração a singularidade envolvida nestes processos para não haver estagnação sobre os discursos dos sujeitos subalternizados.

A diferença atua neste contexto como um movimento de construção entre os sujeitos envolvidos no processo de diáspora. É o que impede em certa medida algum tipo de essencialismo perante os sujeitos que estão na condição de refugiados, podendo ser um escape para pensar possibilidades de mudanças em relação ao estigma degradante no qual estes se inserem.

Refugees in Brazil: stigma, subjectivity and identity

Abstract

This paper presents the results of an ethnographic research conducted in the State of Rio de Janeiro and the Federal District. It had a focus on the experiences of stigma of subjects on the condition of refugees in Brazil, from the point of view of identity and subjectivity. Such experiences relate to both the problems of intercultural communication and to internal conflicts between refugees, intensified by the context of forced migration. In particular, racial discrimination plays a role in the difficulties of social integration of refugees from the African continent.

Keywords: Social subjectivity. Diaspora. Racial prejudice. Human rights.

Referências

ALMEIDA, G. A. A lei 9.474/97 e a definição ampliada de refugiado: breves considerações. In: ARAÚJO, N.; ALMEIDA, G. A. (Coord.). **O direito internacional dos refugiados**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 34-54

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1981. 202 p.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 400 p.

BRASIL. Lei nº 9.474. 1997. Define os mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 139, 23 jul. 1997. Seção I. p. 15822-15824.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 224 p.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 160 p.

HALL, S. **Identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006. 102 p.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 436 p.

HOMERO. **Odissea (Prosa)**. [S.l.]: Cultrix. 2004. 144 p.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson, 2005. 222 p.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia no social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004a. 184 p.

GONZÁLEZ REY, F. **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo: Thomson, 2004b. 208 p.

SAYAD, A. **A imigração ou o paradoxo das alteridades**. São Paulo: EDUSP, 1998. 304 p.

SEGATO, R. L. Os percursos de gênero na Antropologia e para além dela. Série **Antropologia**: Revista da Universidade de Brasília, Brasília, n. 236, p. 1-22, 1998.

SIDEKUN, A. **Alteridade e multiculturalismo**. [S.l.]: Unijuí, 2003. 464 p.

WACQUANT, L. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 23, p. 155-164, 2004.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 224 p.